



# GERALDO ALCKMIN

## “SUBSIDIÁRIAS FORTALECERÃO NOSSA CAIXA”

Daniel Garcia



*Prefeito de Pindamonhangaba aos 23 anos, pelo então MDB, depois deputado estadual (1982) e federal (1986). Elegeu-se vice-governador em 1994 e 1998, pelo PSDB. Assumiu o governo após a morte de Mário Covas, em 2000. É candidato pela Coligação “São Paulo em Boas Mãos” (PSDB-PFL-PSD) e seu vice na chapa é Cláudio Lembo (PFL), reitor da Universidade Mackenzie. Alegando problemas de agenda, Alckmin respondeu às perguntas por e-mail*

**Revista Adusp** - No Estado de São Paulo, a educação infantil de zero a seis anos ainda é uma hipótese, e de zero a três anos nem existe. O que se vê é um atendimento indireto, terceirizado, envolvendo entidades filantrópicas e assistenciais. Qual a proposta do candidato para viabilizar um crescimento significativo da oferta de ensino infantil?

**Alckmin**- O Estado vem cum-

prindo o que está determinado na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou seja, que compete aos municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Ao governo estadual cabe dar assistência aos municípios sem condições suficientes e às entidades filantrópicas, como, por exemplo,

as Apaes. Isto já está e continuará a ser feito. Cabe observar que em nosso Estado a educação de crianças de zero a seis anos é responsabilidade dos municípios.

**Revista Adusp**- O que justificou a municipalização do ensino foi a lei de repasse de recursos por meio do Fundef. Como o governo vai se preparar para o final da vigência do

fundo em 2006? O que vai acontecer depois?

**Alckmin-** A continuidade do Fundef vai depender de diretrizes a serem definidas pela União. O Estado de São Paulo atuará, como sempre, no sentido de proceder às adequações necessárias, com vistas à universalização do ensino fundamental.

**Revista Adusp-** Há um projeto de lei na Assembléia Legislativa extinguindo a progressão continuada. O candidato pretende manter a progressão continuada nos moldes atuais, sabendo-se que sua aplicação vem sofrendo críticas da população e de especialistas?

**Alckmin-** A progressão continuada é um processo permanente de avaliação que foi implantado atendendo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Abandoná-lo seria um retrocesso muito grande. O que se fará são alguns ajustes de ordem pedagógica e administrativa, a partir de uma ampla discussão com entidades de classe do magistério e especialistas, a que demos início no semestre passado e que já resultaram em algumas propostas. Desde logo, fica evidente a necessidade de transmitir a todos os envolvidos no processo os fundamentos filosóficos, sociológicos e psicológicos da progressão continuada, para se contrapor à noção equivocada de que se trata de “promoção automática”. Isso envolve também a contínua capacitação dos diretores de escola, supervisores de ensino, professores e demais envolvidos no processo de aprendizagem.

**Revista Adusp-** Como planeja reverter o número excessivo de

alunos em salas de aula? Qual será o limite?

**Alckmin-** Em primeiro lugar, é preciso destacar que, hoje, 99,8% da população do Estado de São Paulo entre um e 14 anos e 93,4% entre 15 e 17 anos são atendidos pelas escolas públicas e particulares. A educação fundamental e a média atendem 87,1% dos alunos do Estado. De fato, apesar do muito que foi feito, em algumas áreas da Capital ainda ocorre um excesso de alunos, devido a fatores como migração, loteamentos clandestinos etc. Daí a meta de prosseguir na construção e ampliação de escolas, onde quer que se façam necessárias, garantindo as melhores condições de atendimento para o aluno e de trabalho ao professor.

**Revista Adusp-** A LDB prevê que até 2006 todos os professores tenham curso superior. Como o candidato pretende cumprir essa exigência? Pretende investir na criação dos Institutos Superiores de Educação tratados nas deliberações 7/2000 e 8/2000 do Conselho Estadual de Educação para formação de professores? Pretende envolver as universidades públicas na formação de professores para o ensino médio?

**Alckmin-** O Governo do Estado já vem atuando intensivamente no sentido do cumprimento dessa exigência da LDB, principalmente através do Programa de Educação Continuada - Formação de Professores. A Unesp, em particular, tem sido de fundamental importância para que os professores titulares e estáveis da rede estadual tenham a formação universitária completada.

## **“Abandonar a progressão continuada seria retrocesso”**

**Revista Adusp-** O Estado de São Paulo tem repassado às universidades públicas estaduais, desde 1995, o equivalente a 9,57% da arrecadação anual do ICMS. Uma vez no governo, o candidato pretende manter esse percentual? Como vê a reivindicação de professores, funcionários e estudantes, de aumento do repasse para 11%? O candidato é a favor da constitucionalização de um percentual mínimo, tal como dispõe a PEC 14/2000?

**Alckmin-** Temos destinado às universidades públicas 9,57% da receita do ICMS e das verbas recebidas como compensações da Lei Kandir, além de 1% da receita tributária repassada à Fapesp. Estes investimentos no ensino superior e na pesquisa contribuem decisivamente para o desenvolvimento do Estado e têm sido estratégicos para o Brasil. Os percentuais têm sido, e continuarão a ser, complementados à luz de projetos específicos apresentados pelas universidades, como foi o caso da recente expansão de vagas de graduação. Quanto à constitucionalização de um percentual, sua complexidade técnica e jurídica exigiria estudos mais aprofundados.

## “Voto direto pode partidizar debate universitário”

**Revista Adusp-** A lei da autonomia universitária desobrigou o Tesouro estadual de arcar com a aposentadoria dos professores das universidades estaduais, transferindo essa despesa para a folha de pagamentos das próprias universidades, o que representa para elas um elevado dispêndio. Qual a possibilidade, num novo governo do Sr., de o Tesouro vir a reassumir o pagamento das aposentadorias dos docentes universitários?

**Alckmin-** A autonomia universitária é uma conquista, mas deve ser entendida na sua amplitude de direitos e deveres. É natural que a Universidade, ao apreciar o seu orçamento, leve em conta a sua despesa de pessoal (ativo e inativo), não sendo razoável que o restante da sociedade fique responsável pelo pagamento das aposentadorias.

**Revista Adusp-** O atual sistema de escolha do Reitor e do Vice-Reitor das universidades públicas estaduais fere a autonomia universitária, na medida em que se baseia na decisão pessoal do governador, que exerce sua preferência dentre uma lista tríplice eleita, por sua vez, por um colégio eleitoral restrito. O can-

didato estaria disposto a apoiar um sistema de escolha mais democrático, por voto direto da comunidade universitária e que se encerrasse no âmbito das universidades, sem interferência do governador?

**Alckmin-** O atual sistema de escolha não fere a autonomia universitária, já que a escolha do governador é limitada aos três nomes propostos pela Universidade. Quanto ao voto direto, ele pode induzir à partidização do debate universitário, inibindo a prevalência dos valores acadêmicos. A escolha baseada em critérios de competência científica, visão de futuro e qualificação gerencial também prevalece nas melhores universidades do mundo.

**Revista Adusp-** O que o Sr. espera das universidades estaduais paulistas e como pensa em relacionar-se com elas, se reeleito governador?

**Alckmin-** Espero que elas continuem a ter um desempenho destacado no sistema brasileiro de ensino superior, revelando com seus indicadores o bom uso dos recursos públicos. Tenho a certeza de que elas prepararão, cada vez mais, lideranças competentes para que São Paulo e o País possam enfrentar, com êxito, os desafios ao conhecimento humano, ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Meu relacionamento continuará a ser pautado pelo respeito à autonomia universitária e ao apoio à consolidação do sistema de ensino e de inovação no Estado.

**Revista Adusp-** São Paulo representa 30% do PIB nacional, mas não tem uma presença equivalente

no cenário político nacional, e está até sub-representado no Congresso, em termos da relação população-número de parlamentares. O Sr. pretende dar maior peso político ao cargo de governador de São Paulo?

**Alckmin-** A sub-representação de São Paulo no parlamento, assim como a de outros estados, fere o próprio conceito de federação. É um resquício da legislação autoritária, que traz graves danos para todo o país. Sem dúvida, vamos nos empenhar para tentar reverter essa situação, fazendo valer o peso de São Paulo.

**Revista Adusp-** Diante do desemprego cada vez mais agudo no Estado de São Paulo, chegando ao índice de 20% no ABC e na região metropolitana da Capital, que medidas pretende implantar?

**Alckmin-** O ABC é e continuará sendo objeto de projetos especiais de desenvolvimento e geração de emprego e renda. Além de investimentos expressivos que fizemos na região, temos diversas parcerias com os municípios da região, inclusive por meio da Câmara do Grande ABC. Já adotamos, também, diversas políticas tributárias para fortalecer setores importantes da sua economia, como o moveleiro e a indústria automobilística. Também estamos criando ali pólos profissionalizantes e de educação técnica. A segunda etapa do Rodanel, bem como a duplicação da Rodovia dos Imigrantes, transformará a região em um verdadeiro “porto seco”, um centro logístico estratégico para o desenvolvimento.

**Revista Adusp-** O Sr. pensa em adotar estratégias de desenvolvi-

mento regional? Como elas poderiam combinar-se com o combate ao desemprego?

**Alckmin-** Sim. Hoje, o conceito mesmo de desenvolvimento já supõe uma percepção regional da produção econômica. Há uma especificidade das vocações, das cadeias produtivas de cada região do Estado, induzidas até pela articulação da infra-estrutura disponível. A geração de renda é diretamente proporcional ao estímulo que o governo possa dar ao desenvolvimento regional: formando mão-de-obra, adotando a política tributária adequada, investindo em portos, aeroportos, estradas para escoar a produção.

**Revista Adusp-** Há “espaço” para uma reforma agrária nos limites do Estado? O Sr. tem planos de desapropriação de latifúndios e metas de assentamento de trabalhadores rurais sem-terra? Que relacionamento pretende manter com o MST?

**Alckmin-** Sem se afastar do princípio da legalidade, o Governo do Estado tem mantido uma relação madura com o MST. A postura firme na implementação dos assentamentos tem evitado maiores conflitos. Dentro dos parâmetros constitucionais, e em sintonia com o Ministério da Reforma Agrária, daremos prosseguimento às iniciativas relativas à questão.

**Revista Adusp-** Há evidências de que a sonegação fiscal é muito alta, o que acarreta perdas óbvias na consecução de recursos para saúde, educação, saneamento básico, transportes, segurança pública e demais áreas sociais. De que modo o

pretende enfrentar esse problema?

**Alckmin-** O equilíbrio orçamentário, para a retomada da capacidade de investimento do Estado, tem sido uma das marcas da nossa gestão. Mas nós não o alcançamos pelo aumento dos tributos — muitos dos quais foram até diminuídos — mas sim pelo rigor na aplicação dos recursos públicos e pelo combate à sonegação, para o que intensificamos o uso da tecnologia da informação. Continuaremos nessa linha, recorrendo ao apoio do Ministério Público e à ação policial, sempre que necessários.

**Revista Adusp-** O colapso do setor elétrico não só causou enorme sacrifício para a maior parte da população brasileira, como provocou uma retração da economia, em razão do racionamento e da majoração das tarifas. Diante do importante parque de geração elétrica existente no Estado, e da necessidade de impulsionar o crescimento econômico, que medidas poderiam ser adotadas pelo futuro governo estadual para evitar uma nova crise de abastecimento?

**Alckmin-** Diferentemente do ano passado, quando nesta época já estávamos enfrentando restrição de energia, atualmente há suficiente reserva hídrica e termelétrica. Também não há risco de racionamento em 2003. Para a frente, é acompanhar o cumprimento dos cronogramas de obras de geração e transmissão de energia. Este governo acrescentou 3.000,6 MW, dos 14.005 MW existentes no Estado, e estão previstos, até 2007, mais 6.773,6 MW, entre hidrelétricas, termelétricas

## **“Rodoanel transformará ABC em centro estratégico”**

cas e co-geração. É uma energia que poderá ser utilizada por todo o sistema interligado, e não só de forma isolada por São Paulo.

**Revista Adusp-** O Sr. dará continuidade à política de privatizações praticada desde 1994? Qual é o futuro da Nossa Caixa, único banco de que o Estado dispõe atualmente?

**Alckmin-** A Nossa Caixa tem um papel cada vez mais importante no desenvolvimento de São Paulo. É o agente financeiro de fundos criados por este governo, como o Fundo de Aval, voltado ao pequeno e ao micro empresário, e o Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira. Para fortalecê-la, encaminhamos projeto à Assembléia Legislativa abrindo suas atividades para sete novos nichos de atuação, entre os quais os de seguro, *leasing*, cartão de crédito. Como o banco não tem experiência nestas áreas, as subsidiárias que serão criadas contarão com a parceria da iniciativa privada, que participará em 51% do seu capital. Em contrapartida, 49% das ações da Nossa Caixa serão abertos ao setor privado, mantendo ela, porém, o controle acionário, com 51%.